

AOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS INTEGRADOS NO REGIME DE PROTECÇÃO SOCIAL CONVERGENTE

SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO PAGO A 100%

Com a publicação do Decreto-Lei nº 14-D/2020 de 13 Abril o Governo vem reconhecer a grave discriminação de que os trabalhadores que integram o Regime de Protecção Social Convergente estavam a ser alvo, no que diz respeito à atribuição do subsídio para Assistência a Filho.

Com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2020 (Lei 2/2020 de 31 Março) o Governo alterou o Decreto-Lei nº 91/2009 de 9 Abril que define o regime de protecção social obrigatória no âmbito da Parentalidade para os trabalhadores abrangidos pelo sistema previdencial (Segurança Social).

Para estes trabalhadores o subsídio para assistência a filho passou a ser igual a 100% da Remuneração de referência, já a partir do dia 1 de Abril.

Contudo, o governo tinha deixado de fora desta alteração todos os trabalhadores que integram o Regime de Protecção Social Convergente cujo subsídio para assistência a filho continuaria a ser pago a 65% da Remuneração de referência promovendo uma inaceitável discriminação entre trabalhadores.

De imediato denunciámos esta situação e reclamámos a aplicação desta alteração aos trabalhadores do Regime de Protecção Convergente.

Assim, o Subsídio para Assistência a Filho para prestação de assistência inadiável e imprescindível, em caso de doença ou acidente, medicamente certificada, passa a ser pago a 100% da Remuneração de Referência nos seguintes termos:

- Filhos menores de 12 anos ou, independentemente da idade, no caso de filho com deficiência ou doença crónica, um período máximo de 30 dias por ano civil, seguidos ou interpolados, ou durante todo o período de eventual hospitalização;
- Filhos maiores de 12 anos, um período máximo de 15 dias por ano civil, seguidos ou interpolados.

VALE A PENA LUTAR!

